



**Prefeitura Municipal de São Paulo**  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
Rua São Bento, nº 405  
Centro Histórico de São Paulo  
Telefone +55 (11) 3243-1255  
[portaldolicenciamentosp.com.br](http://portaldolicenciamentosp.com.br)

**Alvará de Autorização de Implantação e/ou Utilização de Estande de Vendas**  
**NÚMERO DO DOCUMENTO: 33731-23-SP-AUT**

NÚMERO DO PROCESSO SEI 1020.2023/0020972-0	CÓDIGO VERIFICADOR DO DOCUMENTO tsri4k80
-----------------------------------------------	---------------------------------------------

**RESPONSÁVEL(EIS) PELO IMÓVEL - ESTANDE DE VENDAS**

1 - VÍNCULO Possuidor	
RAZÃO SOCIAL SPE HOTEL BUTANTA S.A.	CNPJ 44.550.072/0001-88
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Marcelo Paes Fernandez Conde	CPF DO REPRESENTANTE LEGAL 694.698.737-34
ENDEREÇO Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1931, 10º, Jardim Paulistano - São Paulo/ SP	

**LOCALIZAÇÃO DO ESTANDE DE VENDAS**

1 - CONTRIBUINTE 082.410.0093-6	CODLOG 03937-3	CEP 05510-050
ENDEREÇO R CAMARGO, 267, 305, Butantã		

**RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) - ESTANDE DE VENDAS**

1 - VÍNCULO Responsável Técnico - Projeto		
NOME Bernardo Froes Burguete Coelho	NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE A62891-3	CCM 5.643.379-4
2 - VÍNCULO Responsável Técnico - Obra		
NOME João Marcelo Correa Cunha	NÚMERO DE CONSELHO DO REPRESENTANTE 1506869/2017	CCM 5.612.206-3

**DADOS TÉCNICOS - ESTANDE DE VENDAS**

ÁREA DO ESTANDE DE VENDAS 569.25 m²	NÚMERO TOTAL DE PAVIMENTOS DO ESTANDE DE VENDAS 1 Pavimentos(s)
ALTITUDE MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO 731.14 m	ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO 5.94 m
ÁREA DE TERRENO REAL 1341.51 m²	ÁREA DE TERRENO ESCRITURA 1350.00 m²

**ALVARÁ(S)/ PROCESSO(S) VINCULADOS**

AMPARO(S) LEGAL(IS)

- 1. Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17.

NOTA(S)

- 1. O Estande ora aprovado será erguido na mesma localização do projeto vinculado de aprovação do empreendimento.
- 2. O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.
- 3. O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.
- 4. Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.
- 5. Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.
- 6. Este documento permite apenas, e a título precário, a execução das obras ou serviços nele descritos, e que poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.
- 7. Este documento vigorará por **06 meses** a contar da data da publicação do despacho no Diário Oficial da Cidade, podendo ser renovado por igual período mediante pedido e recolhimento das taxas devidas.

RESSALVA(S)

- 1. Na existência de obras na faixa de até 1,20m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento será obrigatório o avanço do tapume sobre o passeio público, mediante emissão de Alvará de Autorização específico, nos termos do item 1.A.4 do Anexo 1 do Decreto nº 57.776/17.

DECLARAÇÃO(ÕES)

- 1. A eficácia deste documento está vinculada à veracidade das declarações prestadas.
- 2. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o estande não possui equipamento mecânico de transporte para o qual é exigido cadastro municipal.
- 3. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o estande não possui tanques e bombas para os quais é exigido cadastro municipal.
- 4. Este documento foi emitido mediante declaração do requerente de que o imóvel não se enquadra como área potencialmente contaminada, suspeita de contaminação, contaminada ou em monitoramento ambiental, nos termos do art. 1º da Lei nº 13.564/03, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS e do Código de Obras e Edificações - COE.
- 5. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que não é necessária anuência dos órgãos aeronáuticos à implantação do objeto projetado no espaço aéreo.
- 6. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que o imóvel não está em uma Unidade de Conservação Ambiental.
- 7. Este documento foi emitido com base na declaração do requerente de que a implantação do Estande não acarretará intervenção em Área de Preservação Permanente – APP.
- 8. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de ciência dos direitos e responsabilidades expressos na Seção I do Capítulo II da Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017 (Código de Obras e Edificações), atribuídos ao Município, ao proprietário ou possuidor de imóveis e aos profissionais atuantes em projeto e construção, observadas as disposições da Legislação de Obras e Edificações.
- 9. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que o Estande de Vendas proposto está em conformidade com as disposições do Código de Obras e Edificações do Município, legislação correlata e Normas Técnicas aplicáveis, ressaltando-se as de acessibilidade e segurança, assim como sua execução.
- 10. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que para sua implantação não se efetivará manejo arbóreo.
- 11. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que a implantação do Estande de Vendas não interferirá em eventuais reparações ambientais obrigatórias como as previstas no § 1º da Lei federal nº 12.651/12 (“Código Florestal”), art. 14 da Lei municipal nº 10.365/87, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC ambiental etc, nem em eventuais reparações obrigatórias de danos causados ao patrimônio histórico e cultural como as previstas em Termo de Ajustamento de Conduta Cultural – TACC etc.
- 12. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que serão atendidas todas as normas aplicáveis a este projeto relativas à execução do passeio público, conforme as Leis nº 13.293/02, 15.442/11 e 16.809/18 e Decreto nº 59.671/2020 ou o que lhe substituir.
- 13. Este documento foi emitido com base na declaração dos interessados de que o projeto de segurança de uso observa as disposições estabelecidas nas normas pertinentes ao sistema construtivo e de estabilidade, condições de escoamento, condições construtivas especiais de segurança de uso,

potencial de risco, instalações elétricas e sistema de proteção contra descargas atmosféricas, equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio aos sistemas complementares.

EMITIDO POR:  
Documento emitido na modalidade de Deferimento Automático

DATA DE DEFERIMENTO:  
23/10/2023

DATA DE PUBLICAÇÃO:  
24/10/2023



CIDADE DE  
SÃO PAULO